

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS PRODUZIDOS NO GOVERNO BOLSONARO

Maria Corrêa*
Claudiana Narzetti**

RESUMO: Neste trabalho, analisamos os efeitos de sentido de discursos sustentados no Governo Bolsonaro sobre a educação brasileira na pandemia. Para coletar o corpus, consideramos a vigência das aulas remotas no Brasil e como a transição para esse modelo não foi simultânea em todas as regiões do país, estabelecemos como recorte temporal o período de 2020 a 2021. Em seguida, selecionamos: uma propaganda do Ministério da Educação sobre o ENEM 2020; uma live do então presidente da república, Jair Bolsonaro, transmitida no YouTube; e uma entrevista do deputado federal Ricardo Barros, concedida ao CNN Novo Dia. Para o tratamento do corpus, fundamentamo-nos na Análise do Discurso de vertente francesa (AD) – especialmente nos conceitos de formação discursiva, interdiscurso, efeito de sentido, heterogeneidade discursiva, condições de produção e efeito metafórico –, segundo Pêcheux (1997; 2014), Pêcheux e Fuchs (1997), Courtine (2009; 2016) e Authier-Revuz (2004). Como resultados, observamos que os efeitos de sentido presentes nas sequências analisadas buscam eximir o Governo da culpa pelos reveses enfrentados pela educação na pandemia. Para isso, os discursos constituem-se por uma estratégia em comum: a transferência dessa responsabilidade para outros, como diretores, professores, governadores, prefeitos e estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação na pandemia; Governo Bolsonaro; Análise do discurso.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the effects of meaning from discourses produced by the Bolsonaro Government about Brazilian Education during the pandemic. For the sampling, we considered the period of the remote classes in the country and as the transition to this model was not simultaneous in all regions, we established the period from 2020 to 2021. Then, we selected: an advertisement from the MEC (Ministry of Education) about ENEM 2020; a live broadcast from the ex-president, Jair Bolsonaro, on YouTube; and an interview with the federal deputy, Ricardo Barros. For theoretical basis, we based ourselves on the French Discourse Analysis (AD) - especially in the concepts of discursive formation, interdiscourse, meaning effect, discursive heterogeneity, conditions of production and metaphorical effect -, according to Pêcheux (1997; 2014), Pêcheux and Fuchs (1997), Courtine (2009; 2016) and Authier-Revuz (2004). Our results show that there are effects of meaning that aim to exempt the government from the setbacks faced by the education system by transferring this responsibility to third parties, such as school principals, teachers, governors, mayors and students.

KEYWORDS: Education in pandemic times; Bolsonaro Government; Discourse Analysis.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o seu aparecimento, a COVID-19 tem provocado intensas transformações na sociedade. No Brasil, a confirmação dos primeiros casos da doença, em meados de fevereiro de 2020, resultou na implementação de medidas – aplicadas pelos governos estaduais e municipais – para deter o contágio e as mortes causadas pelo novo coronavírus. Com a necessidade de isolamento social, espaços de grande circulação foram

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

fechados e diversos setores tiveram que recorrer a outros meios para manter suas atividades.

No caso da educação, a alternativa empregada pelas instituições públicas e privadas de nível fundamental, médio e superior foi a transposição para o modelo de ensino remoto. Neste, por meio do uso de variadas tecnologias e estratégias, tais como aulas gravadas e reproduzidas na TV aberta ou aulas ao vivo transmitidas por plataformas como o *Google Meet* e, ainda, exercícios enviados e devolvidos via portais educacionais como o *Google Sala de Aula*, as atividades educativas puderam ser mantidas. Com isso, todos os envolvidos no processo educacional, especialmente os professores e os alunos, tiveram que se ajustar rapidamente ao uso das tecnologias para prosseguir com as atividades letivas. Tantas mudanças desencadearam, por consequência, uma série de discussões sobre o ensino remoto, sua validade e sua viabilidade, considerando também as condições socioeconômicas tanto de alunos, quanto de professores.

Diante desse contexto, temos por objetivo analisar os efeitos de sentido de discursos que, sustentados pelo Governo Bolsonaro, tematizaram a educação no Brasil em tempos de pandemia. A justificativa para o presente estudo se dá pela intensificação do debate acerca desse tema, sobretudo quanto à eficácia do modelo de ensino remoto, à qualificação dos professores e ao período de fechamento das escolas, tópicos que ganharam repercussão na sociedade brasileira e, evidentemente, também foram abordados por representantes e por setores do Governo Federal, o que resultou em uma complexa rede de discursos e de efeitos de sentido sobre a educação e os sujeitos envolvidos nela.

Para a coleta do *corpus*, consideramos o período entre 2020 e 2021, já que a transição para o ensino remoto não seguiu o mesmo calendário em todo o país. A partir daí, selecionamos: uma propaganda do Ministério da Educação (MEC) sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2020, divulgada em 4 de maio de 2020; uma *live* do então presidente da república, Jair Bolsonaro, transmitida no *YouTube* no dia 17 de setembro de 2020; e uma entrevista, concedida ao jornal *CNN Novo Dia* do canal por assinatura *CNN Brasil*, do deputado federal e então líder do governo na câmara Ricardo Barros, veiculada em 20 de abril de 2021.

Para o tratamento do *corpus*, fundamentamo-nos na Análise do Discurso de vertente francesa (AD), segundo Pêcheux (1997; 2014), Pêcheux e Fuchs (1997), Courtine (2009; 2016), Authier-Revuz (2004) e Narzetti (2017). Dessa teoria, mobilizamos, em especial, os conceitos de *formação discursiva*, *interdiscurso*, *efeito de sentido*, *heterogeneidade discursiva*, *condições de produção* e *efeito metafórico*.

Este artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, abordamos a teoria que alicerça o estudo e apresentamos os conceitos mobilizados no decorrer das análises. Na segunda, informamos os procedimentos metodológicos realizados e tecemos algumas considerações sobre os gêneros propaganda, *live* e entrevista, nos quais os discursos foram produzidos. Na terceira, procedemos com a análise do *corpus* à luz das noções que

compõem nosso dispositivo analítico. Por último, encaminhamos os aspectos conclusivos do trabalho.

1 SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

Em 1969, publica-se o texto *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, com as primeiras orientações conceituais para uma teoria do discurso. Nele, o autor recupera a dicotomia saussuriana de língua/fala e os desdobramentos da definição, por Ferdinand de Saussure, da língua como objeto da linguística, em detrimento da fala. Como retoma Pêcheux (1997), essa operação ocorre, pois, no estruturalismo, a língua corresponde ao lado coletivo, social e sistemático da linguagem, enquanto a fala refere-se ao ato individual de uso da língua pelo falante. Portanto, caberia à linguística estudar o sistemático, o funcionamento da língua.

Contudo, há consequências desse recorte saussuriano, já que a concepção de fala, enquanto ato individual, possibilitaria a subjetividade do falante, manifesta, então, nesse ato que seria como um “caminho da liberdade humana” (PÊCHEUX, 1997, p. 71). Nesse sentido, haveria uma passagem do sistemático da língua, e da coerção que ela impõe, à liberdade do falante. Para o estruturalismo, isso se dá pela transição dos níveis mais coercitivos – fonológico e morfológico – aos menos coercitivos – sintáticos e textuais –, estes nos quais a liberdade do falante aumenta gradualmente.

Problematizando a aparente liberdade do falante e a ausência de regras impositivas nesses últimos níveis, Pêcheux (1997) conclui que, mesmo no campo sintático e no textual, há regras intervindo nas escolhas dos sujeitos em seus usos da língua, porém, elas seriam sociológicas, externas ao sistema linguístico. Por isso, para tratar desses outros aspectos, seria necessário um novo campo teórico, para a investigação de um novo objeto. Surge então a Análise do Discurso francesa (AD), proposta por Michel Pêcheux, como uma disciplina voltada para o estudo do discurso, concebido como um *nível intermediário* entre a língua e a fala (PÊCHEUX, 1997), isto é, nem social nem individual, mas relacionado a grupos e classes sociais (NARZETTI, 2017).

Para a AD, embora os discursos tenham como base comum uma determinada língua, eles não são apenas constituídos por um conjunto de signos linguísticos nos quais se realizam as escolhas dos sujeitos. Isso porque nos discursos atuam regras que vão além do sistema linguístico e que regulam toda a sua produção e os seus efeitos de sentido: regras que envolvem fatores sociais, históricos, políticos, ideológicos, as instituições, a luta de classes, os sujeitos e os lugares ocupados por eles ao sustentar determinado discurso. Dessa maneira, como explica Pêcheux:

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*; a língua se apresenta, assim, como a *base* comum

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

de *processos* discursivos diferenciados [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 81, grifos do autor).

Para investigar esses processos, a AD desenvolve-se a partir da articulação de conceitos de três campos distintos: o materialismo histórico (MH), a linguística e a teoria do discurso, “três regiões do conhecimento [que] são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 164). Do MH, a AD apropria-se do conceito de ideologia, elaborado por Louis Althusser, essencial para a construção de conceitos como os de *formação discursiva*, *interdiscurso* e *condições de produção*. Da linguística, a AD considera o estudo dos fenômenos sintáticos presentes nos discursos, os quais resultam em implicações semânticas. Por fim, dispõe também de uma base psicanalítica dos trabalhos de Lacan, a qual constitui a noção de sujeito da AD e conceitos como *sentido* e *efeito de sentido*, *esquecimento* e *heterogeneidade discursiva*.

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970), Althusser propõe a tese de que as ideologias são particulares e existem de forma material, como parte integrante da realidade cotidiana e concreta. Em outros termos, elas são particulares no sentido de que há ideologias como a religiosa, a moral, a jurídica, a política etc., que existem sempre nos chamados *Aparelhos Ideológicos do Estado*, compreendidos como as instituições públicas e privadas unificadas pela ideologia da classe dominante, isto é: lugares onde, por suas práticas, rituais e discursos, essa ideologia é disseminada por toda a formação social. Nesse processo de disseminação, a ideologia produz efeitos de evidência da relação dos sujeitos com suas condições reais de existência:

[...] toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem. (ALTHUSSER, 1980, p. 82).

Em consonância com Althusser, Pêcheux (2014, p. 130) afirma que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” materializadas no cotidiano sob a forma de formações ideológicas (FI), que correspondem aos conjuntos complexos “de atitudes e de representações que não são nem *individuais* nem *universais* mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.” (FUCHS; PÊCHEUX, 1975, p. 166, grifo dos autores).

Para que as ideologias se materializem, é necessário que os indivíduos concretos sejam transformados em sujeitos no processo de interpelação ideológica, que age ao longo da vida dos indivíduos sem que tomem consciência disso. É assim que estes, acreditando em sua liberdade, passam a ocupar uma posição em determinado grupo ou classe social (PÊCHEUX, 2014). A interpelação ideológica é o mecanismo que os orienta, levando-os a defender certos ideais, a sustentar e a reproduzir certos discursos, constituindo-os,

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

enfim, em sujeitos historicamente situados. Para a AD, portanto, o sujeito não corresponde a uma pessoa empírica, mas a uma posição, um lugar que ela ocupa para se tornar sujeito capaz de produzir discurso.

Como as ideologias se manifestam em atos concretos, o discurso, sendo um desses atos, também é concebido como o lugar de manifestação das ideologias, que nele atuam por meio das formações discursivas (FDs), um dos componentes das formações ideológicas. Dessa maneira, são as FDs que atravessam o discurso e intervêm em sua produção, determinando o que pode ser dito, o que não pode ser dito e a maneira como é dito pelo sujeito em dada conjuntura histórico-ideológica (PÊCHEUX, 2014; PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Aliás, também são elas que regulam os efeitos de sentido dos discursos, porque “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Assim, na AD, as palavras e expressões não possuem um sentido inerente, “em si mesmo”, mas apenas no interior de relações metafóricas, realizadas nos processos de paráfrases e substituições que caracterizam uma FD.

Por conta do funcionamento da formação discursiva regendo o discurso e seus efeitos de sentido, na AD, o sujeito não é concebido como o senhor de suas ideias e dizeres porque é afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Daí a articulação dessa disciplina com a psicanálise, uma vez que esse sujeito não é concebido como uma entidade homogênea e centrada na consciência, mas dividido, entre a consciência e o inconsciente. Dessa forma, ele desconhece que seu discurso é resultado da atuação do inconsciente e da ideologia.

Segundo Pêcheux (2014), isso ocorre, pois, ao produzir um discurso, o sujeito sofre dois esquecimentos. Com o primeiro, ele tem a ilusão de que seu dizer é sempre original, quando na verdade retoma outros já-ditos, anteriores, que o sustentam. Com o segundo, ele esquece que a maneira como constrói esse dizer não é a única possível. Ao ignorar as outras possibilidades de elaboração do discurso, ele tem a impressão de que dispõe de autonomia para construí-lo, selecionando ou excluindo sentenças, buscando antecipar e controlar os efeitos de sentido a serem atribuídos pelos interlocutores. Nesse processo, o sujeito pode contradizer-se, ser incoerente ao acionar um enunciado cuja FD entre em conflito com outras que atravessam o discurso. As interpretações podem, ainda, ultrapassar aquilo que desejava, tudo porque o sujeito não exerce controle sobre os efeitos de sentido, que na verdade são determinados pelas formações discursivas e por fatores sociais, históricos, políticos e simbólicos.

No processo de elaboração de uma sequência discursiva, o sujeito aciona discursos outros situados no interdiscurso. Este, por sua vez, corresponde ao conjunto complexo de formações discursivas, o qual funciona como a matéria-prima de uma FD (PÊCHEUX, 2014). Como destaca Courtine (2009), o interdiscurso é o lugar de armazenamento desses dizeres outros já esquecidos, elaborados em condições históricas e sociais diferentes, mas necessários para a produção de sentido:

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração [...] (COURTINE, 2009, p. 74).

Nessa perspectiva, o sujeito apenas tem a ilusão de que seu discurso é homogêneo, quando, pelo contrário, a própria formulação desse discurso se dá no acionamento de já-ditos, posto que o sujeito não é a origem do dizer. Authier-Revuz (2004) explica que nisso consiste o fenômeno da heterogeneidade discursiva, isto é, o fato de que os discursos são necessariamente constituídos por outros:

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos "outros discursos" e pelo "discurso do Outro". O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (ALTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Nesse sentido, a heterogeneidade compõe o discurso e se inscreve nele tanto pelos "outros discursos" atravessados por outras FDs e reproduzidos por outros sujeitos, quanto pelo "discurso do Outro", ou seja, pelo discurso do inconsciente. Entretanto, o sujeito desconhece essa heterogeneidade constitutiva de toda a sua formulação e, assim, "marca explicitamente por formas da distância – por *pontos* de heterogeneidade em seu discurso – delimita e *circunscribe o outro*, e, fazendo isso, *afirma que o outro não está em toda parte*" (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72, grifos da autora).

Por conta da interpelação ideológica, do duplo esquecimento causado pelo Inconsciente e, principalmente, pela existência do interdiscurso como conjunto complexo com dominante de FDs, é possível que o sujeito sustente também um discurso internamente contraditório, com enunciados de diferentes formações discursivas, estas também contraditórias entre si. Nas sequências analisadas neste trabalho, observamos o funcionamento de diferentes FDs atravessando os dizeres e constituindo os sentidos para além do que aparece materializado no discurso.

Desde os anos 1980, a AD francesa tem se ampliado largamente e outros conceitos foram desenvolvidos. Contudo, somente estes foram abordados porque serão mobilizados no decorrer da análise. Antes de iniciá-la, cabe destacarmos, na próxima seção, os procedimentos metodológicos realizados e algumas particularidades dos gêneros presentes no *corpus*.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho, como informamos anteriormente, consistiu em analisar os efeitos de sentido de discursos sustentados no Governo Bolsonaro sobre a educação

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

brasileira na pandemia de COVID-19. Com isso, selecionamos um *corpus* composto por uma propaganda, uma *live* e uma entrevista. Ressaltamos, no entanto, que a despeito da variedade dos gêneros em que o discurso do Governo se materializa, o objetivo é analisar esse discurso em diferentes materialidades sobre uma mesma temática, verificando se há uma tendência para a homogeneidade ou para a heterogeneidade-contradição.

No quadro a seguir, destacamos algumas informações referentes às datas de publicação, à duração dos pronunciamentos e ao período de divulgação de cada sequência analisada em relação ao início da pandemia no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, quando houve a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no país.

<i>Corpus</i>	Data de publicação	Duração	Período em relação à pandemia
Propaganda do MEC sobre o ENEM 2020.	04/05/2020	1 min.	2 meses
Trecho da <i>live</i> do então presidente, Jair Bolsonaro.	17/09/2020	1 min. 20 seg.	7 meses
Trecho da entrevista com o deputado federal e líder do governo na câmara, Ricardo Barros.	20/04/2021	3 min. 31 seg.	13 meses

Como durante a pandemia as atividades educacionais no Brasil mantiveram-se principalmente no modelo de ensino remoto, realizamos a coleta do *corpus* levando em conta o período de um ano de vigência das aulas não presenciais. No país, o fechamento das instituições de ensino (nos níveis fundamental, médio e superior) ocorreu entre março e abril de 2020, e, por isso, no ano de 2021, consideramos os mesmos meses para a coleta. Levando em conta também a duração do modelo de ensino remoto, buscamos discursos que abordassem a educação ou estratégias educacionais nesse modelo.

Quanto aos procedimentos de coleta, partimos primeiro para uma busca no *Google* com as palavras *educação*, *ensino remoto*, *pandemia*, *discursos*, *Bolsonaro*. Essa etapa retornou diversos conteúdos, entre os quais destacamos as notícias que, de acordo com o objetivo proposto, tematizavam discursos produzidos no Governo Bolsonaro (pelo próprio presidente, pelos órgãos governamentais ou por representantes do governo) sobre a educação na pandemia.

Com a leitura dessas fontes, identificamos as informações referentes às datas em que as falas dos representantes governamentais foram produzidas e também confirmamos a temática que abordavam, pois as notícias apresentavam a transcrição dessas falas. Com isso, buscamos no *YouTube* por esses pronunciamentos, isto é, pela propaganda, pela *live* e pela entrevista anteriormente identificadas.

Em seguida, iniciamos o tratamento dos dados com a organização do *corpus*, que se deu mediante a transcrição dos trechos relevantes ao objetivo proposto. Por esse motivo, da *live* e da propaganda extraímos apenas trechos, como evidenciamos no quadro. Depois de transcritos, analisamos e interpretamos os dados conforme os conceitos da AD.

Assim, cabe ressaltarmos que os discursos presentes no *corpus* desta pesquisa foram elaborados em três gêneros discursivos distintos: propaganda audiovisual, *live* e entrevista jornalística. Neste trabalho, compreendemos os gêneros segundo a concepção desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin (CB), que os define como tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos em campos da atividade humana (BAKHTIN, 2016). Trata-se de outra vertente de análise discursiva que, por compartilhar de uma base teórica marxista, permite a articulação, principalmente se considerarmos que no CB os gêneros discursivos são determinados pelas esferas da criação ideológica, uma concepção que se aproxima da concepção althusseriana anteriormente discutida.

É evidente que na constituição desses gêneros há diversos aspectos que os diferenciam. Aliás, segundo Courtine (2016), em seus primórdios, a AD trabalhou com corpora homogêneos, atualmente, no entanto, corpora heterogêneos podem ser tratados conjuntamente. Nesse sentido, apesar das particularidades de cada gênero, cabe destacarmos um que pode favorecer a produção dos dizeres de maneira menos monitorada e mais informal: a espontaneidade.

No caso da propaganda, há um traço menor de espontaneidade, pois o que observamos no resultado final, ou seja, no que é efetivamente divulgado, passa por definições prévias, inclusive o texto interpretado pelos atores, que é escrito antes por um roteirista. Por isso, visando atingir os prováveis participantes do ENEM, a propaganda do MEC apenas simula a espontaneidade mediante a escolha dos atores, do cenário e de uma linguagem mais informal.

De maneira análoga, a entrevista contém também menor espontaneidade. Embora seja um gênero essencialmente oral, caracterizado pelo diálogo entre entrevistador e entrevistado, alguns aspectos lhe proporcionam maior formalidade. A começar pelas perguntas, que devem ser formuladas anteriormente à entrevista. Além disso, outros fatores intervêm, como o meio de comunicação em que ela é realizada, o programa ou noticiário ao qual é concedida e o próprio entrevistado, o vocabulário de que dispõe, a atividade ou cargo que exerce.

Na entrevista com Ricardo Barros, tais aspectos favorecem um maior monitoramento na formulação do discurso: primeiro porque o veículo de produção e circulação da entrevista é o telejornal *CNN Novo Dia* do canal por assinatura *CNN Brasil*, voltado exclusivamente ao jornalismo; segundo, porque, considerando que Barros é um deputado federal e, na época, líder do governo na câmara, seu vocabulário e a produção de seus enunciados tendem a um traço mais formal.

Por outro lado, esses elementos comumente não intervêm na *live*, um gênero que repercutiu na pandemia por ser simultaneamente gravado e transmitido em tempo real. Quanto à *live* de Jair Bolsonaro, não identificamos fatores que pudessem influenciar o monitoramento de sua fala durante a transmissão, que inclusive contava com a interação de seus apoiadores. Assim, o que observamos foi a constituição de um discurso pautado na espontaneidade.

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

Portanto, levando em conta as especificidades dos gêneros presentes neste trabalho e suas diferenças composicionais e de estilo, ratificamos que o *corpus* analisado a seguir encerra uma unidade temática, uma vez que todos evocam a educação no Brasil durante a crise de saúde causada pela COVID-19.

3 A EDUCAÇÃO NA PANDEMIA EM DISCURSOS DO GOVERNO BOLSONARO

Nesta seção, partimos para o tratamento da materialidade discursiva, que foi coletada na plataforma de compartilhamento de vídeo *YouTube*. Iniciamos a análise pela propaganda do Ministério da Educação, postada no *YouTube* no dia 4 de maio de 2020. Do vídeo, com duração de 1 minuto, transcrevemos e identificamos, abaixo, as falas dos quatro atores que representam jovens estudantes na propaganda.

Personagem1: E se uma geração inteira de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor para o nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão.

Personagem2: E, por isso, eu quero fazer o ENEM este ano. Para entrar em uma universidade. Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda à distância dos professores.

Personagem3: Faça já a sua inscrição no ENEM, de 11 a 20 de maio, pelo site enem.inep.gov.br. Além da prova em papel, este ano também terá o ENEM Digital, feito pelo computador, em locais indicados pelo MEC.

Personagem4: As provas serão no final do ano. Até lá, estude. Seu futuro já está aí.

Para tratar desses enunciados, acionamos o conceito de formações discursivas, definidas como aquilo que “determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147) no discurso. Nas falas das personagens, identificamos a atuação de uma FD marcada pelo discurso da classe dominante, que atravessa os dizeres e produz uma generalização sobre as condições dos brasileiros na pandemia, como na passagem: “*Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda à distância dos professores*”. Embora procure legitimar a ideia de que há várias alternativas para se preparar para o ENEM, essa afirmação não condiz com a situação socioeconômica da população em geral durante a crise de saúde.

É o que podemos constatar com os dados da Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada no mesmo mês e ano que a propaganda do MEC, que demonstrou que quatro em cada dez brasileiros perderam o poder de compra desde o início da pandemia. E entre os participantes do estudo, 23% tiveram perda total da renda e 17% relataram diminuição em seus ganhos mensais, o que fez com que o percentual dos que perderam poder de compra alcançasse os 40 %¹.

¹ As informações aqui apresentadas foram extraídas de matérias jornalísticas da *Agência Brasil* e da *Folha de S. Paulo*, e constam nas referências deste trabalho.

Acompanhada pelo aumento na taxa média de desemprego no país, que atingiu 13,5% em 2020, essa diminuição do poder aquisitivo interfere no acesso da população a diversos serviços, inclusive à internet, citada do enunciado como um possível recurso para auxiliar nos estudos. De acordo com uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes não tinham acesso à internet no Brasil. Destes, 4,1 milhões eram alunos de instituições públicas de ensino, que apontavam o valor do serviço e do aparelho eletrônico necessário, como principais razões para a não utilização da internet.

Retomando os dizeres da propaganda, o que aparece materializado nos enunciados relaciona-se com a afirmação de Althusser (1980, p. 77) de que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Por conta do efeito de evidência provocado pela FD na qual se inscreve o discurso, as condições de uma minoria detentora dos recursos citados no enunciado aparecem como acessíveis a todos os participantes do ENEM. Assim, o discurso apaga o fato de que essa não é a realidade da maior parte dos estudantes, os quais não possuem acesso à internet e a outras ferramentas, além de não disporem de tempo para estudar fora da sala de aula, ou de um espaço adequado em suas casas para esse fim.

Ao interditar essas informações, a FD determina não apenas o que pode ser dito para assegurar a importância de não se perder “*uma geração inteira de novos profissionais*”, mas também o que não deve ser dito, mediante o apagamento da situação socioeconômica da população e a ausência de embasamento em dados reveladores da realidade. Em outras palavras, há o apagamento de um conjunto de condições desfavoráveis, e por consequência o apagamento de uma classe de estudantes do discurso do governo.

Por conseguinte, o efeito de sentido desse discurso a ser interpretado pelos participantes da prova pode ser de sua responsabilização em caso de um desempenho negativo, pois, segundo o que se materializa nos enunciados, havia recursos para outras alternativas de estudo. Ao dizer que “*É preciso ir à luta, se reinventar, superar*”, a propaganda produzida pelo Ministério da Educação, órgão que deveria promover soluções para os desafios desse setor no Brasil, acaba afirmando que, na verdade, são apenas os estudantes que precisam vencer as dificuldades impostas pela pandemia. Mobiliza, assim, o discurso do esforço individual como suficiente, próprio da ideologia neoliberal.

Também identificamos esse efeito de responsabilização do outro no segundo material que analisamos, a *live*, conforme apontaremos a seguir. Da transmissão completa (com duração de 40 minutos), extraímos somente o trecho em que o ex-presidente trata da temática que envolve esta pesquisa. Por isso, transcrevemos a passagem abaixo, de 1 minuto e 20 segundos, em que a educação é abordada por Bolsonaro:

Além de dizer lá atrás né? Tudo que eu achava que devia ser feito, tudo aquilo que eu tive a oportunidade e não me omiti, tomei uma decisão, falei da cloroquina, falei da vitamina D né? Falei que essa história fique em casa né, a

economia a gente vê depois², não é assim, tá vindo a conta pá todo mundo pagar aí. A questão de deixar também a garotada em casa, nós somos um país que tem o maior número de dias da molecada sem aula, só tá faltando nós. Hoje mandei a mensagem até pro ministro Milton, da educação, tá certo? Que pra ele se preparar né? E começar a orientar, já que a adesão não é nossa, essa orientação é dos governadores e do prefeito, pra que se volte às aulas no Brasil que é inadmissível, nós perdemos um ano letivo, por outro lado ficamos vendo um sindicato dos professores. Pessoal deve saber como é que é composto né, a ideologia dos sindicatos dos professores pelo Brasil, quase todo né? É um pessoal de esquerda radical, que pra eles tá muito bom ficar em casa, por dois motivos: primeiro que, pra eles, do sindicato, eles não trabalham, ficam em casa, e outro é colabora pra que a garotada não aprenda mais coisas, não volte a aprender a se instruir.

Transmitida no dia 17 de setembro de 2020, a *live* de Jair Bolsonaro foi realizada em um contexto marcado pelo progressivo aumento no número de casos e de mortes causadas pela COVID-19. Na época, o Brasil já registrava cerca de 143 mil mortos pela doença e o Governo Federal era cobrado continuamente a respeito da implementação de novas medidas para deter o vírus. Por isso, no trecho que destacamos, o então presidente retoma seus dizeres e ações que propôs “*lá atrás*” para a contenção dos impactos da pandemia, como o incentivo ao uso da cloroquina e da vitamina D, respondendo também aos opositores de seu governo que afirmavam que Bolsonaro havia sido omissivo. Nesse ponto, observamos a ocorrência do discurso do outro, que remete a uma posição contrária a defendida por Bolsonaro sobre as medidas aplicadas durante a crise pandêmica.

Na fala de Bolsonaro, constatamos a presença de dois enunciados exteriores à FD dominante: “*fique em casa*” e “*a economia a gente vê depois*”. O primeiro é literal e remete a um discurso atravessado pela FD da medicina, em referência à necessidade de isolamento social para enfrentar a COVID-19. Já o segundo enunciado é uma paráfrase falseada do discurso oposto, porque neste não se diz que “*a economia a gente vê depois*”, mas é assim que o discurso oposto é compreendido. Nesse sentido, podemos identificar que FDs contrárias são acionadas do interdiscurso para constituir a fala do ex-presidente.

Contudo, tanto este enunciado quanto o “*a economia a gente vê depois*” são circunscritos para serem invalidados. Aqui, cabe mobilizarmos o conceito de condições de produção do discurso, que segundo Courtine (2016), refere-se à relação entre a materialidade discursiva com seu contexto imediato e com seu contexto sócio histórico, compreendido aí também o interdiscurso.

Com a pandemia de COVID-19, iniciada no país em fevereiro de 2020, as críticas já existentes desde o começo do mandato de Bolsonaro intensificaram-se. Nesse período, os opositores passaram a cobrar a atuação do Governo sobretudo na aplicação de medidas de combate ao vírus. Apesar disso, o discurso sustentado pelo ex-presidente e seus

² Nessa passagem, quando Bolsonaro pronuncia “*fique em casa*” e “*a economia a gente vê depois*”, observamos que sua entonação e suas expressões faciais indicam enunciados “*alheios*” que, em um texto escrito, poderiam vir entre aspas.

apoiadores foi o de priorização da economia – relaxamento das restrições e reabertura do comércio. Por outro lado, os contrários a essa posição passaram a defender a importância do isolamento social e a adoção de medidas alternativas para conter os danos à economia mediante o “*Fique em casa*”, que passou a remeter ao discurso dos opositores, atravessados por uma FD política contrária ao Governo Bolsonaro. Nesse caso, observamos a ocorrência de duas FDs contrárias: uma dominante, que prioriza a economia em detrimento da saúde; e outra dominada, em que a prioridade à saúde e à economia não são excludentes (NARZETTI; TOMÁS, 2021).

Dessa forma, no discurso de Bolsonaro, a presença de enunciados provenientes de uma FD contrária volta-se a uma tentativa de invalidação do discurso-outro, aquele discurso que é necessário circunscrever para mostrar que não está em toda parte (AUTHIER-REVUZ, 2004). Assim, o discurso vai se constituindo como resposta ao discurso-outro, numa relação de interdeterminação baseada no confronto. Ao tentar invalidar o discurso-outro, tenta-se reforçar o discurso-um, ou seja, o da FD que rege o discurso de Bolsonaro.

Nesse sentido, o aparecimento desses outros enunciados instaura um efeito de sentido que visa a eximir o governo da responsabilidade, tanto pelos obstáculos enfrentados no ensino remoto, quanto pela ausência de aulas presenciais. Evidentemente, ao produzir essa fala, Bolsonaro ocupa uma posição de aliado à formação ideológica de direita. Por isso, “*fique em casa*” e “*a economia a gente vê depois*” recebem outros sentidos do que aqueles determinados pela FD de oposição, servindo para instituir a ideia de que todas as medidas relacionadas ao fechamento das escolas e de outros espaços não tiveram a adesão do Governo, já que “*essa orientação é dos governadores e do prefeito*”. Desse modo, os culpados seriam os outros, os opositores, os governadores e os prefeitos que estabeleceram as medidas de restrição.

Assim como na propaganda do MEC, aqui também a FD realiza um apagamento. Quando Bolsonaro declara “*nós somos um país que tem o maior número de dias da molecada sem aula*”, apaga o fato de que o Brasil não aumentou o orçamento destinado às escolas durante a pandemia, diferente dos países que retomaram as aulas presenciais mais rapidamente, como aponta o relatório *Education at a Glance* da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), divulgado pela *CNN Brasil*. Apaga também o motivo pelo qual as outras nações já retornavam ao modelo presencial, que era o próprio controle da pandemia, a diminuição no número de mortes e de novos casos da doença, cenário diferente do que se encontrava no Brasil à época dessa fala.

Em sua posição de sujeito, Bolsonaro recupera ainda o já-dito “*nós perdemos um ano letivo*”, cuja imprecisão não aponta quais são os que fazem parte desse “nós”, se aí estão incluídos, por exemplo, os estudantes de escolas públicas, os alunos da educação infantil e os universitários. Novamente, portanto, apagam-se as responsabilidades do Governo e a ausência de ações voltadas ao setor educacional.

Outros que aparecem como culpados pelo fechamento das escolas são os professores, o que podemos identificar pela forma como esses profissionais são representados. De

acordo com Pêcheux (1997), uma palavra só adquire sentido quando inserida em um discurso e é pelo efeito metafórico – fenômeno em que o significado de um significante desliza para outro significante por meio uma substituição contextual (PÊCHEUX, 1997) – que se pode apreender seu efeito de sentido. Então, o que permite identificar o sentido adquirido pela palavra “professores” no discurso são os sinônimos empregados em sua referência, no caso, “*sindicato dos professores*”, “*ideologia dos sindicatos dos professores*” e “*peçoal de esquerda radical*”. Com isso, apreendemos que na fala do então presidente, aqueles professores que fazem parte de sindicatos recebem um sentido negativo, apontando para dizeres anteriores de que tanto professores, quanto sindicalistas são preguiçosos, não querem e não gostam de trabalhar e por isso “*pra eles tá muito bom ficar em casa*”.

A materialidade discursiva e os já-ditos que a sustentam acabam negando a atuação dos professores, o que também acontece na fala de Ricardo Barros durante a entrevista ao jornal *CNN Novo dia*, veiculada em 20 de abril de 2021. A seguir, transcrevemos o trecho, com duração de 3 minutos e 31 segundos, em que o deputado aborda a temática desta pesquisa.

Entrevistadora: O senhor ainda pouco falou sobre os gastos com saúde e que não tinha que gastar em educação. Mas eu acho que é um dos setores mais fragilizados também junto com os empresários no ano passado e, claro, com os vulneráveis, foi a educação no Brasil. E aí muitos especialistas dizem que o governo deveria olhar mais atentamente para o setor da educação, por exemplo, fazer um projeto pra que eles tivessem acesso online, distribuição de tablet ou coisa parecida. Existe essa preocupação do governo nesse momento de olhar com mais atenção agora pra esses setores que continuam fragilizados?

Ricardo Barros: Sim. Há disponibilidade de acesso à internet, nós temos um satélite brasileiro que separou vinte por cento de sua capacidade para a utilização do setor público. Postos de saúde, escolas, todos que precisam de conectividade. Mas não há a demanda. As escolas não pedem a conectividade, né? Por que? Porque a diretora que tá lá ela não entende de informática. Se ela pedir a conectividade, ela vai perder a direção pra uma professora que tenha mais habilidade nessa área. Infelizmente, o Brasil foi abduzido pelas corporações. Não tem nenhuma razão pro professor não tá dando aula, nenhuma. O profissional de saúde está indo trabalhar, o profissional de transporte está indo trabalhar, o profissional da segurança está indo trabalhar, o pessoal do comércio está indo trabalhar, só o professor que não quer trabalhar, não. Então, nós estamos votando, inclusive, no congresso agora, é o projeto de lei transformando a educação em serviço essencial. O Brasil é o segundo país no mundo que não voltou às aulas, não teve aula na pandemia. A média, na Europa, de períodos sem aula é de setenta dias no ano passado. Setenta dias em média sem aula na pandemia do ano passado. O Brasil não teve aula nenhum dia. É absurdo, é um absurdo a forma como nós estamos permitindo que professores causem tanto dano às nossas crianças na continuidade da sua formação. Mas tudo bem, é uma posição política e nós vamos votar educação como serviço essencial pra justamente fazer com que haja a prestação do serviço, que precisa ser dado de atenção às crianças na sala de aula. Não podemos ter os mesmos números de alunos na sala de aula? Por isso o governo tem o seu programa sim, de conectividade. Ministro Fábio Farias, ministro Milton Ribeiro trabalham nessa área, mas as escolas não

querem. O professor não quer se modernizar, não quer se atualizar, essa que é verdade. Já passou num concurso, tá esperando se aposentar, não quer aprender mais nada.

Entrevistadora: Deputado, o senhor acha que os professores, as escolas têm condições sanitárias de voltar no meio dessa pandemia?

Ricardo Barros: Com certeza, querida, com certeza. Existe muitos estados que as aulas estão acontecendo. Escolas privadas, em alguns, escolas públicas. Existe sim. Claro, é cinquenta por cento, aqui no Paraná são trinta por cento da capacidade de alunos em cada sala de aula. Então há um rodízio entre presencial e à distância. Nós estamos lutando pra ir pra cinquenta por cento da capacidade. As escolas se adaptaram, fizeram o distanciamento das carteiras, um metro e meio entre uma carteira e outra. Mas há possibilidade de trabalho, claro, com restrição mas precisa trabalhar.

A pergunta que dá início à fala do deputado sobre a educação trata justamente do papel do Governo Federal na promoção de alternativas para esse setor na pandemia. No entanto, ao enunciar, o sujeito Barros é interpelado por uma FD na qual o Governo já aplicou todas medidas possíveis para garantir as aulas no ensino remoto, enquanto as escolas permaneciam fechadas. Resta, portanto, transferir a culpa pela continuidade dos problemas a outros, como aos diretores escolares.

Quando o deputado declara que o Estado disponibilizou internet para as escolas, mas não houve demanda, *“Porque a diretora que tá lá ela não entende de informática. Se ela pedir a conectividade, ela vai perder a direção pra uma professora que tenha mais habilidade nessa área”*, ficam os questionamentos: quem determina que a diretora perca seu cargo por conta da falta de habilidades com tecnologias? Esse é o principal critério para admitir ou destituir um profissional da função de diretor escolar? A FD silencia essas informações e faz ressoar na superfície discursiva já-ditos como o de que os diretores são profissionais pouco qualificados, sem experiência com informática e temerosos com a possibilidade de serem dispensados quando alguém – não se sabe quem – descobrir que não conseguem lidar com a tecnologia.

Embora questionado a respeito da disponibilização de recursos como internet e tablets para a continuidade do ensino remoto, na tentativa de eximir o Governo, Barros culpa também os docentes pela permanência das escolas fechadas. Ao dizer que *“só o professor que não quer trabalhar”* e *“O Brasil não teve aula nenhum dia”*, apaga o trabalho desses profissionais, cuja atuação tornou-se ainda mais intensa nesse período por conta da reestruturação do trabalho e da sobrecarga consequente dessa mudança. Em ensaio sobre o trabalho remoto e da saúde dos professores no cenário pandêmico, Sousa et al. (2021) apontam os diversos processos desenvolvidos pelos próprios docentes para a garantia das aulas à distância:

[...] a responsabilidade pela transformação do espaço domiciliar em posto de trabalho permanente para desenvolvimento do ensino remoto coube exclusivamente aos docentes. Do mesmo modo, todos os custos relacionados às condições materiais do trabalho e infraestrutura física, como computador, câmera, microfone, impressora, internet, luz elétrica, mobiliário, entre outros, ficaram a cargo dos docentes. Além dessas despesas, houve a necessidade de

manutenção desses equipamentos e do próprio manuseio de tecnologias e mídias. Para aqueles docentes que não tinham formação ou familiaridade com tais tecnologias, tal instrumento foi montado com o apoio de familiares ou colegas. Os elementos e a experiência que compõem o processo de trabalho docente presencial precisaram, portanto, ser readaptados a essa nova realidade, já que não se trata de uma mera transposição da atividade, antes modulada no ambiente de sala de aula em contato direto com os aluno(a)s, que passou a ser realizada integralmente em meio digital. (SOUSA et al., 2021, p. 5)

O funcionamento da formação discursiva na fala de Ricardo Barros contrapõe-se ao que se concretizou quanto à atuação dos professores. Além disso, assim como nos dizeres de Bolsonaro, também surge no discurso do deputado uma oposição entre aqueles que impediram a volta às aulas presenciais, no caso, os professores, e aqueles que lutaram para o retorno desse modelo, ou seja, os sujeitos na posição de aliados ao governo Bolsonaro – mais especificamente, o próprio Ricardo Barros, o então ministro das comunicações, Fábio Faria, e o então ministro da educação, Milton Ribeiro. É o que podemos identificar em trechos como “*Então, nós estamos votando, inclusive, no congresso agora, é o projeto de lei transformando a educação em serviço essencial*”, “*nós vamos votar educação como serviço essencial pra justamente fazer com que haja a prestação do serviço*” e “*Nós estamos lutando pra ir pra cinquenta por cento da capacidade*”, que evidenciam essa contraposição entre “nós” e “eles”.

Outra afirmação, semelhante à encontrada no discurso do ex-presidente, é a de que “*O Brasil é o segundo país no mundo que não voltou às aulas, não teve aula na pandemia*”. Dessa vez, há uma comparação entre o Brasil e os países da Europa, onde as aulas presenciais retornaram de forma mais rápida. De novo, a superfície discursiva exclui os dados que revelam a ausência de ações do Estado e essa comparação acaba servindo apenas para causar o efeito de sentido de responsabilização dos professores, os culpados por “*tanto dano às nossas crianças na continuidade da sua formação*”.

Para legitimar esse discurso, Barros mais uma vez tem suas formulações sustentadas por dizeres anteriores, conforme aponta Courtine (2009), os quais são acionados do interdiscurso e constituem o enunciado “*O professor não quer se modernizar, não quer se atualizar, essa que é verdade. Já passou num concurso, tá esperando se aposentar, não quer aprender mais nada*”. Nessa fala, ressoam já-ditos como os de que os docentes são pouco qualificados e, mais do que isso, são preguiçosos porque não querem buscar qualificação, acomodaram-se depois de passar em um concurso público, que lhes garante a renda e a segurança do não desemprego, por isso não haveria a necessidade de esforço. Assim, pelo processo de interpelação ideológica, os professores não quererem modernizar-se representa uma verdade para esse sujeito, um efeito de evidência.

Por último, cabe apontarmos uma contradição no discurso de Ricardo Barros. Respondendo a primeira pergunta, o deputado declara que não houve aula na pandemia porque os profissionais da educação são inaptos para lidar com a internet e a informática. Contudo, respondendo ao questionamento seguinte, o deputado afirma que as escolas conseguiram se adequar às aulas presenciais e à distância. Se as escolas – e, por

consequência, os professores e os diretores – adaptaram-se ao rodízio entre as duas modalidades, então exerceram suas atividades mesmo no modelo de ensino remoto, com o uso da tecnologia que, na primeira resposta, aparece como um recurso que os professores eram incapacitados para utilizar. Ou seja, nesse caso, observamos um enunciado do interdiscurso da FD contrária que se impõe no discurso do deputado, à revelia das “intenções” desse sujeito-falante. O fato aponta para a luta ideológico-discursiva intensa travada entre apoiadores e opositores do governo Bolsonaro em relação à gestão da pandemia e de seus efeitos na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos evidenciar os efeitos de sentido de discursos elaborados no Governo Bolsonaro sobre a educação brasileira no cenário da pandemia de COVID-19. Para isso, mobilizamos conceitos da Análise do Discurso francesa e, para compor o *corpus*, selecionamos uma propaganda do Ministério da Educação, um trecho de uma *live* do então presidente da República, Jair Bolsonaro, e uma passagem de uma entrevista do deputado federal Ricardo Barros.

Como resultados, observamos que os efeitos de sentido possíveis de serem atribuídos às sequências analisadas são de convergência para uma mesma estratégia: a busca por eximir o Governo – representado pelo presidente, seus partidários, pelos ex-ministros Fábio Farias e Milton Ribeiro – da culpa pelos reveses enfrentados pela educação na pandemia através da transferência dessa responsabilidade para outros, como estudantes, governadores, prefeitos, diretores de escolas e professores.

De modo geral, na propaganda, observamos o funcionamento de uma FD que atua no discurso generalizando as condições socioeconômicas dos estudantes e da população em geral. Com isso, apagam-se dos enunciados os dados estatísticos sobre as condições reais de existência dos brasileiros nesse período. Ao citar recursos inacessíveis para a maior parte dos participantes do ENEM, o discurso produz um efeito de sentido que os responsabiliza em caso de um desempenho negativo na prova.

Na *live* de Bolsonaro, além de haver o apagamento das informações reveladoras da ausência de políticas governamentais direcionadas à educação durante a crise de saúde, há também a exclusão do trabalho realizado pelos docentes, que, nessa FD, aparecem como culpados pelo fechamento das escolas por não quererem trabalhar, principalmente os profissionais ligados ao sindicato, representados como preguiçosos.

Assim como nos dizeres do ex-presidente, na fala de Ricardo Barros há também o apagamento desses dados. Porém, mais do que isso, a forma como os professores são representados no discurso do deputado retoma e atualiza já-ditos sobre a falta de qualificação desses profissionais, apagando todos os outros fatores que constituem as dificuldades enfrentadas pela educação.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROS, R. "**Não há intenção do governo em furar teto de gastos**", diz Ricardo Barros. Entrevistadores: Luciana Barreto e Rafael Colombo. São Paulo: CNN Brasil, 2021. Entrevista concedida ao telejornal CNN Novo Dia da CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RvNya-CrmUw>>. Acesso em: 3 set. 2021.
- BERMÚDEZ, A. Na contramão, Brasil deixa de aumentar verba do ensino fundamental, aponta OCDE. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/na-contramao-brasil-deixa-de-aumentar-verba-do-ensino-fundamental-aponta-ocde/#:~:text=A%20verba%20do%20Brasil&text=De%20acordo%20com%20o%20documento,R%24%2032%2C5%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BOEHM, C. Perda total ou em parte da renda mensal já atingiu 40% dos brasileiros. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/perda-total-ou-em-parte-da-renda-mensal-ja-atingiu-40-dos-brasileiros>>. Acesso em: 6 set. 2021.
- BOLSONARO, J. Live da semana com Presidente Jair Bolsonaro - 17/09/2020. [S.l.], 2020. 1 vídeo (40 min). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsIdVBSushc>>. Acesso em: 3 set. 2021.
- BRASIL, C. Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020>>. Acesso em: 6 set. 2021.
- COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Policromia*, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016. Disponível em:

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIAD), 2022.

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>>. Acesso em: 3 set. 2021.

ENEM 2020 INSCRIÇÕES. [S.l.; s. n.], 2020. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIY0>. Acesso em: 3 set. 2021.

NARZETTI, C. Ferdinand de Saussure e a produção do objeto da Análise do Discurso. **Gragoatá**, Niterói, v.22, n. 44, p. 1087-1102, set.-dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33550>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NARZETTI, C.; TOMÁS, L. As manifestações contra o governador Wilson Lima: discursos sobre a pandemia em Manaus. **Linguasagem**, São Carlos, v. 40, p. 39-66, 2021. Disponível em: <<https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/viewFile/1354/832>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PAMPLONA, N. Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2021.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SOUZA, K. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (**SIAD**), 2022.



* Maria Ivanize Corrêa dos Santos – micds.mla21@uea.edu.br

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil; Orcid: 0000-0002-5096-1497.
Titulação: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA-UEA), graduada em Letras – Língua e Literatura Portuguesa (UEA).

** Claudiana Narzetti – cnpcosta@uea.edu.br

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil; Orcid: 0000-0002-5527-440X.
Titulação: Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP - Araraquara (2012), professora adjunta no Curso de Letras da UEA e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA-UEA).

I Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (**SIAD**), 2022.

INTERLETRAS, ISSN N° 1807-1597. V. 11, Edição número 37. Agosto de 2023/Janeiro de 2024.